

## Patrimônio rural/urbano em Presidente Venceslau: estudo de caso da casa sede e mirante da Fazenda Santa Sofia

Vítor Hugo de Figueiredo Mendes<sup>1</sup>

Luís Antonio Barone<sup>2</sup>

**Resumo:** A história do Presidente Venceslau/SP tem semelhança com a das demais cidades do Oeste Paulista, marcada pela expansão ferroviária e pela cultura do café. Ali, Álvaro Antunes Coelho encarnou a figura do colonizador/grileiro que tratou de lotear a área onde se localiza o município atualmente, de modo que, este estudo de um patrimônio rural e da área envoltória, hoje no coração da cidade, é revelador quanto aos agentes que escrevem a história e das vozes que se sobressaem nas disputas de narrativas. Este artigo investiga a história e os processos de reconhecimento social que levaram ao tombamento pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) de São Paulo do conjunto constituído pela Sede e Mirante da Fazenda Santa Sofia, tal como sua influência no processo de transformação e usufruto da paisagem. Para tal, realizou-se visitas a campo e, devido à pandemia da COVID-19, entrevistas online com agentes públicos e privados relacionados ao processo de tombamento e gestão do bem. Verificou-se que a especulação imobiliária ameaçava o bem, levando ao tombamento - que buscou evitar qualquer descaracterização da área. Isso, de certa forma, foi alcançado, mas tal mecanismo, sem o auxílio de agentes públicos, não é suficiente, além de verificar-se que a sociedade local reconhece o bem, nosso objeto de estudo como componente de sua história.

**Palavras-chave:** Patrimônio rural; Patrimônio cultural; Paisagem cultural.

### Rural/urban heritage in Presidente Venceslau: case study of the main house and lookout at Fazenda Santa Sofia

**Abstract:** The history of Presidente Venceslau/SP bears similarities to that of other cities in the Western region of São Paulo, marked by railway expansion and coffee culture. Álvaro Antunes Coelho embodied the figure of a colonizer/land grabber who took it upon himself to divide the area where the municipality is currently located. Thus, this study of a rural heritage and its surrounding area, now in the heart of the city, reveals the agents shaping history and the voices that stand out in the disputes of narratives. This article investigates the history and social recognition processes that led to the listing by the Council for the Defense of Historical, Archaeological, Artistic, and Touristic Heritage (CONDEPHAAT) of São Paulo, of the ensemble formed by the Main House and Lookout of Santa Sofia Farm, as well as their influence on the transformation and enjoyment of the landscape. Field visits were conducted, and due to the COVID-19 pandemic, online interviews were held with public and private agents involved in the listing and management of the property. It was found that real estate speculation threatened the property, leading to its listing, which sought to prevent any alteration of the area's character. This was achieved to some extent, but such a mechanism, without the assistance of public agents, is insufficient. Furthermore, it was observed that the local society recognizes the property, our object of study, as an integral part of its history.

**Keywords:** Rural heritage; Cultural heritage; Cultural landscape.

<sup>1</sup> Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho-UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente". E-mail: [vitor.figueiredo@unesp.br](mailto:vitor.figueiredo@unesp.br)

<sup>2</sup> Professor assistente Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho -UNESPE, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente. E-mail: [labarone@uol.com.br](mailto:labarone@uol.com.br)

## Introdução

Este trabalho é um produto inicial da pesquisa de Iniciação Científica (CNPq) desenvolvida junto ao Laboratório de Arqueologia Guarani e Estudo da Paisagem (LAG) e ao grupo de pesquisa Ruralidades, Habitat e Cidadania, ambos da FCT/Unesp – Campus de Presidente Prudente/SP. Seu objetivo é estudar um patrimônio oficialmente tombado da região conhecida como Pontal do Paranapanema. O casarão e o mirante da fazenda Santa Sofia, localizados no município de Presidente Venceslau, é um dos dois patrimônios com essa chancela no Pontal e sua construção e reconhecimento revelam muito da história das elites regionais.

A partir de levantamentos que integram a pesquisa social ao estudo arquitetônico buscamos compreender a importância e o significado desse patrimônio no passado e no presente. Além de consulta a bibliografias específicas, bancos de dados e arquivos históricos em Presidente Venceslau, realizamos trabalhos de campo, entrevista com o atual proprietário e iniciamos uma coleta interativa – via Internet e com a participação da comunidade local – para reunirmos imagens que atestem a apropriação que a sociedade faz desse espaço reconhecido como patrimônio estadual.

## Presidente Venceslau: a ocupação do Oeste Paulista e o “doutor” Álvaro Coelho

O município de Presidente Venceslau fica localizado no Oeste Paulista, região que teve sua primeira ocupação marcada por povos indígenas, que passam a lidar com homens brancos a partir das primeiras bandeiras no século XVII, em busca de aprisionar os povos Guaranis e Caingangues que até então ali se encontravam. São conhecidos os ataques e destruição das missões jesuíticas na região, que estavam implantadas próximas ao Rio Paranapanema (LEITE, 1998). Porém, é a partir do último quartel do século XIX que se inicia o processo de (re)ocupação do Oeste Paulista, com a expulsão definitiva dos povos que ali habitavam, sendo marcante a resistência dos povos Coroados<sup>3</sup>.

Seu processo de colonização se deu a partir da vinda de posseiros, que tinham como origem Minas Gerais (Figura 1) e que, para burlar a Lei de Terras<sup>4</sup> de 1850,

<sup>3</sup> Existem várias comunidades indígenas com nomes semelhantes, como os povos Guarani-Kaiowá e os povos Xavante, no Brasil. Os Guarani-Kaiowá são uma etnia indígena que habita atualmente principalmente as regiões do Mato Grosso do Sul e do Paraná, no Brasil. Eles têm uma rica cultura, que inclui suas próprias tradições, idioma e práticas espirituais. No entanto, a região de Marília e seus arredores têm uma história rica em relação aos povos indígenas. Antes da colonização europeia, várias tribos indígenas habitavam essa área, como os povos Kaingang, Guarani, Terena e Tupi. Essas comunidades indígenas possuíam suas próprias culturas, línguas, tradições e modos de vida (MOTA, 2007).

<sup>4</sup> A Lei de Terras de 1850 do Brasil, também conhecida como Lei de Terras Imperial, foi uma lei importante que regulamentou a posse e a compra de terras no país. Aprovada em 18 de setembro de 1850, durante o período do Império, essa lei tinha o objetivo de estimular a agricultura e a ocupação das áreas rurais do Brasil. Ela teve um impacto significativo na distribuição de terras e influenciou as relações sociais, econômicas e políticas da época. A Lei de Terras de 1850 ainda é discutida e estudada hoje em dia, especialmente em relação à sua influência na concentração de terras e nas questões de reforma agrária no país (CAVALCANTE, 2005).

Mendes &amp; Barone

fraudavam documentos dizendo terem ocupado um pedaço de terra, como é o caso de José Teodoro da Silva, que alegou ser proprietário de uma gleba próxima ao rio Turvo “[...] desde o ano de 1847, medindo 10 por 25 léguas, estendendo-se do rio Paranapanema até o espigão divisor com o rio do Peixe” (ERBELLA, 2006, p. 46).

**Figura 1** - A penetração e a posse dos mineiros no Vale do Paranapanema em meados do século XIX.



Fonte: ERBELLA, 2016.

O número de pessoas que saíam da área decadente das Minas para a promissora terra sem dono só aumenta, conformando um fluxo migratório marcado pela ocupação do Oeste Paulista. A atividade econômica da primeira fase na região então é a produção pecuária, em maioria de porcos, por ser mais barata que a de gado (ERBELLA, 2016).

A próxima fase do desenvolvimento econômico vai se dar somente com a chegada da linha férrea, que permitirá o escoamento da produção de café para o Porto de Santos. A presença das companhias ferroviárias provoca grandes alterações nas configurações regionais, alterando a hierarquia de relevância entre as cidades, sendo as ferrovias consideradas grandes vetores de urbanização.

Desde o final do século XIX, “[...] o oeste do estado foi atravessado por quatro companhias de estrada de ferro: Noroeste, Araraquense, Paulista e Sorocabana” (NASCIMENTO, 2006, p. 40).

Entre os anos de 1910 e 1922, a Sorocabana se expande de Salto Grande para Presidente Epitácio, atingindo o Rio Paraná. Esse processo de ocupação por parte da sociedade nacional leva a uma destruição quase que total da paisagem natural, marcando um desenvolvimento bastante agressivo ao meio-ambiente (LEITE, 1998).

Observa-se, então, o declínio da cultura pecuária em favor da agricultura (cafeicultura), que irá marcar todo o Oeste do estado. Nessa nova fase, nota-se a presença de donos de loteamentos extensivos, cujas produções são voltadas para o mercado, com um fluxo de migração interna no estado, vindos de diferentes regiões e países, para ocupar as novas vagas de trabalho.

Em todas as zonas, era a Alta Sorocabana que apresentava a mais acentuada mistura. Recebera não somente italianos e espanhóis, mas também atraía alemães e austríacos, bem como a maioria dos húngaros, romenos, tchecos, letos, lituanos e poloneses (MONBEIG, 1998, p. 376).

É nesse cenário de migrantes que vinham colonizar o Oeste que surge a figura de Álvaro Antunes Coelho, português responsável - em nome da Antônio Mendes Campos Filho e Cia. - por lotear e vender as terras. O advogado, então procurador da companhia, chega em 1922 à área que hoje corresponde a Presidente Venceslau, utilizando todos os meios necessários para desbancar os concorrentes ali encontrados (ERBELLA, 2016). A terceira fase corresponde à decadência do café (a partir dos anos 1930), sua substituição pelo algodão (anos 1940) e a hegemonia da pecuária extensiva – a partir dos anos 1960 (LEITE, 1998).

A chegada e a função que Coelho vai executar na região, a partir dos anos 1920, é reconhecida e abordada em entrevista com o atual proprietário do bem tombado, Julio Fernando Martins (que adquiriu o imóvel pela compra de um dos netos, que não foi especificado durante a entrevista):

Ele vem para cá, ele representa a Companhia Mendes Campos, que alguns falam que ele era sócio... pode até ser. Adquire uma propriedade [futuramente Fazenda Santa Sofia] que deve dar [ou seja, ser suficiente para iniciar o loteamento], a gente teve acesso à escritura original, porque hoje ainda tem essa fazenda Santa Sofia, e o gerente dela era um cliente meu, então a gente teve acesso a essa documentação, copiamos, e era por volta de 400 alqueires, hoje essa propriedade tem 300 (entrevista Júlio F. Martins, 2020).<sup>5</sup>

O uso comum e reiterado da prática da grilagem na região faz do Pontal do Paranapanema, décadas depois, um dos expoentes na luta pela terra, como apontam Barone e Ferrante (2012):

Ocupada por meio de sucessivas grilagens de terras, a região extremo-oeste de São Paulo, conhecida como Pontal do Paranapanema, concentrou conflitos pela posse da terra. Durante os anos 1990, a partir da atuação do MST na região, milhares de sem-terra foram assentados na região (BARONE; FERRANTE, 2012).

<sup>5</sup> MARTINS, J. F. Entrevista I. [jul. 2019]. Entrevistador: Autor I. Marília, 2020. 1 arquivo .mp4 (88 min.). Entrevista concedida aos autores.

## Mendes &amp; Barone

Logo tomada posse da fazenda, se dará a construção do galpão e do mirante, originalmente uma torre da caixa d'água, bem como do casarão, datando o término das obras em 1928, de acordo com a Prefeitura Municipal (FERNANDES, 2014). A construção do bem se deu próximo à área urbana (Figura 2), facilitando a locomoção até a estação e, posteriormente, sua integração à malha urbana.

**Figura 2** – Esquina das ruas Princesa Izabel e Djalma Dutra (Presidente Venceslau, anos 1920). Sede da Fazenda Santa Sofia ao fundo.



**Fonte:** D'INCAO, 2005, editado pelos autores.

Assim, o conjunto, que será abordado com mais detalhes adiante, é construído concomitantemente à história de Presidente Venceslau, reconhecido como município em 1925 pela Câmara dos Deputados de São Paulo, ainda sob a comarca de Presidente Prudente.

Posteriormente, a história da fazenda será determinada por três fatores: a crise de 1929, o empenho político em superar a crise e o falecimento de seu proprietário. Quanto à crise, ainda hoje o maquinário no galpão se encontra em bom estado de conservação pelo pouco uso, revelando o segundo ponto, que foi a empreitada da família na vida política.

Álvaro Coelho irá disputar a liderança política regional, influenciando não somente nas decisões municipais, como nas eleições para prefeito de Presidente Prudente. Sua disputa com Alfredo Marcondes, líder prudentino, que possuía e tratava de vender alguns lotes de terras, também com origem na grilagem do outro lado da linha férrea, não apresentava grande dificuldade - visto seu prestígio e a construção do imaginário por trás da figura do senhor Coelho, como se observa no recorte de jornal da época (Figura 3). Mesmo "preso político", Coelho é "homenageado".

**Figura 3** – Reportagem de jornal local sobre o retorno de Álvaro Coelho da capital nos anos 1930.



Fonte: ERBELLA, 2006.

Por certo que a figura do homem detentor de tanta influência gerou inimizades, o que acarretou em 3 tentativas de morte. A derradeira, em junho de 1931, foi fatal. A partir daí, quem passa a assumir uma liderança regional, herdando esse capital político, é Dona Carmem Coelho (esposa), cuja influência política deve ser melhor investigada. Como ressalta o atual proprietário do patrimônio,

O Doutor Álvaro morre em 1931 e quem assume essa parte política da história é a Dona Carmem, esposa dele. Aí, ela vai nessa política até [os anos] 60; ela manda na região. Ela é muito amiga do Ademar de Barros pai, que é o dono da Lacta; e, depois, tem o Ademar de Barros Filho. A turma mais da 'velharada' vai saber todo mundo quem são esses caras e tem muita foto disso. E eles elegeram 2 prefeitos de Prudente aqui, na época que eram 'intenções' [indicações]. Você elegia um nome; na verdade não tinha eleição propriamente dita. (entrevista Júlio F. Martins, 2020).<sup>6</sup>

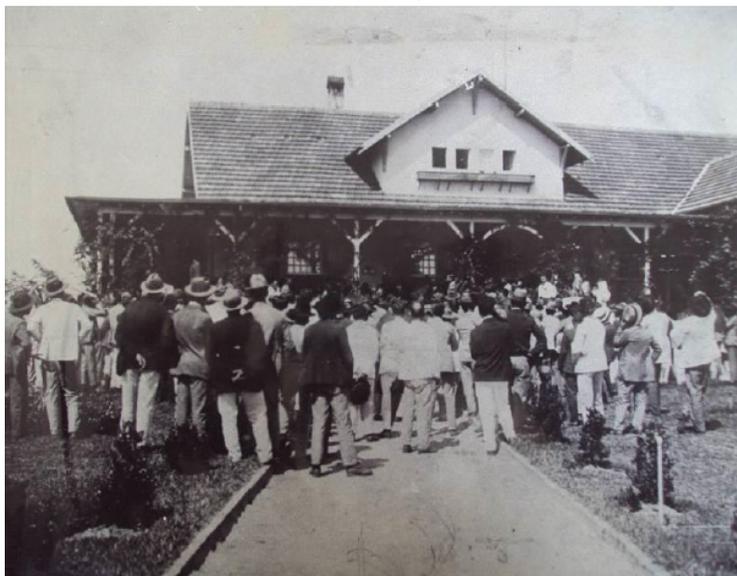
### **A torre e o casarão: breve descrição do patrimônio edificado**

Nesse cenário, a Fazenda Santa Sofia é fundada e o seu conjunto arquitetônico composto pela casa sede e a torre é inaugurado em 1928 (Figura 4), tendo a torre a função de mirante e caixa d'água para abastecer o casarão, que também servia para que o fazendeiro pudesse observar e controlar trabalhadores e possíveis visitantes indesejados que pudessem chegar pela linha férrea. Já na década de 1950, a família não residia mais na sede da fazenda, tendo adaptado sua vida à área urbana da cidade (na época, a cidade ainda não havia chegado até à área). Porém, em diversos momentos, a casa virava um centro para reuniões políticas tocadas pela Dona Carmem. Como coloca o atual proprietário,

<sup>6</sup> Ibid.

[...] os proprietários daqui não moravam aqui, mantinham a casa por um sistema de zeladoria muito bom. Tinha gente que morava, funcionários que limpavam, mantinham toda a mobília interna. E, a cada 2 ou 3 meses, vinha a proprietária, ficava aqui uns 10 ou 15 dias, fazia uma faxina maior, reestabelecia laços de amizade, aquela coisa toda... e nesse meio tempo, eles foram se afastando [da área do casarão].(entrevista Júlio F. Martins, 2020).<sup>7</sup>

**Figura 4** – Inauguração do casarão.

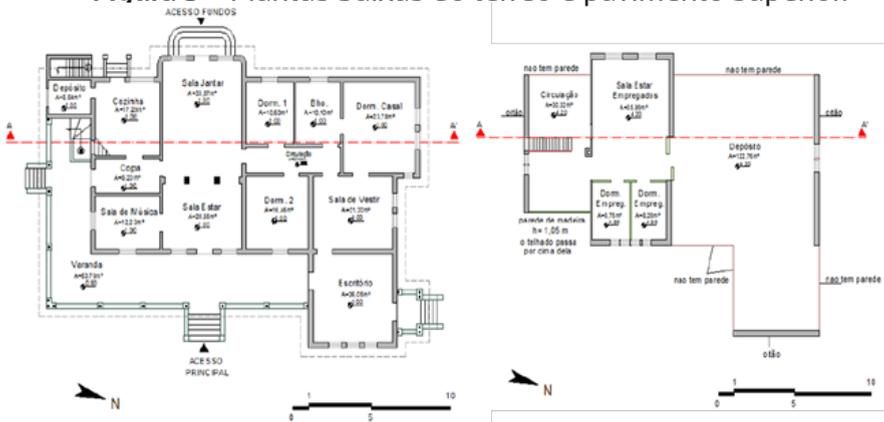


Fonte: Fernandes, 2018.

O programa arquitetônico da casa continha, no piso térreo, 3 dormitórios - sendo um do casal proprietário - uma sala de vestir, um banheiro, um escritório, sala de estar, sala de jantar, sala de música, cozinha, copa e um depósito. No piso superior havia 2 dormitórios para empregados, uma sala de estar para empregados e um depósito. A casa possuía, ainda, uma adega no subsolo, localizada à esquerda, do ponto de vista frontal (Figura 5).

Se destacou na obra, segundo o atual proprietário, não somente o tamanho e imponência da casa, que conta com cerca de 200 m<sup>2</sup> de área construída, visto que se localizava numa das regiões mais altas da cidade, como também a escolha de determinados materiais de revestimento e cobertura. A casa foi constituída toda em alvenaria, possuía banheiros com cerâmica holandesa e telhas francesas (ambos materiais vindos dos respectivos países), além do requinte nos detalhes, com diversas semelhanças ao estilo distintivo de casas dos Países Baixos.

<sup>7</sup> Ibid.

**Figura 5** – Plantas baixas do térreo e pavimento superior.

Fonte: Fernandes, 2014.

Já o assoalho foi todo feito em peroba rosa e canelinha, dependendo do cômodo. Essa diferença no material de acordo com o ambiente, ainda segundo o informante, ocorre devido à reforma feita em 1968 - quando o escritório se transforma numa sala de espera em virtude da atuação e reuniões políticas realizadas pela proprietária, indicando a transformação da casa para atender as necessidades da proprietária, e ganha uma saída para a rua; o banheiro passa por interferências, como a adição da banheira de azulejo; e ocorre a remoção do acesso externo à adega, criando um efeito arredondado na vedação (Figura 6 e 7).

**Figura 6** – Detalhes do casarão sede da Fazenda Santa Sofia – feições atuais.

Fonte: Acervo de Marina Murari, 2019.

**Figura 7** – Torre e fachada frontal do casarão sede da Fazenda Santa Sofia.

**Fonte:** Acervo de Marina Murari, 2019.

Quanto às modificações na torre do Mirante, relatos locais indicam que ela ganha a cobertura, que a torna semelhante a um telhado holandês, durante a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945). Devido à falta de combustível para alimentar o gerador da bomba do poço, teria sido implantada a cobertura com um conjunto de pás de cata-vento, que forçava o bombeamento de água por via mecânica. O sistema é abandonado após uma tempestade que carregou uma das pás para entro da fazenda.

Em conversa informal com o comerciante de 85 anos Michel Chaim, este relata a veracidade da caixa d'água; lembra-se de um dia em sua infância, em que um temporal acometeu a cidade e fez com que a roda d'água (mecanismo responsável por retirar a água do solo) voasse para longe de seu destino (FERNANDES, 2014, p. 55).

### **Tombamento e apropriação do bem**

O patrimônio, que estará em questão aqui, é formado pelo ambiente construído das sociedades humanas. Sinônimo de patrimônio edificado no espaço pelos homens, ele é qualificado, segundo suas diversas categorias, [...] segundo seu modo de inserção na temporalidade, é dito histórico ou contemporâneo (CHOAY, 2009, p. 9).

Não cabe neste trabalho detalhar toda a evolução da briga judicial que perpassou o processo de tombamento – haja vista a completa pesquisa de Rodrigo Modesto Nascimento (2013) acerca do assunto, valendo apenas o comentário de que os filhos de Coelho não gostaram de ter os parcelamentos e transações comerciais barradas pelo processo, e buscaram recorrer em todas as instâncias. Aqui, se faz mais necessária uma investigação quanto ao histórico

e os processos de reconhecimento social que levaram ao tombamento pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de São Paulo (CONDEPHAAT-SP) do conjunto constituído pela Sede e Mirante da Fazenda Santa Sofia.

O conjunto se apresenta como uma obra de características técnicas, como o uso de alvenaria e ornamentos, e estéticas muito distintas das utilizadas até então na região, que apresentava em geral construções em madeira, assim como o norte do Paraná. Tal singularidade foi usada como argumento pelo poder público, anos depois, para defender o tombamento. À época, a cidade já vivia outro cenário de desenvolvimento, visto que, na década de 1980, o município de Presidente Venceslau sofria grande pressão por parte da especulação imobiliária e o bem, objeto de nosso estudo, estava nas mãos da terceira geração da família Coelho, que desejava transformar a área do casarão num condomínio fechado. Isso despertou para a necessidade do tombamento, para preservação da história em detrimento dos anseios mercantis da própria família do pioneiro.

Ele também conta que estava presente quando a propriedade de Álvaro Coelho (**Neto**) começou a se desfazer, primeiramente foi sua porção frontal, que foi doada para a atual Igreja Santo Antônio. E, posteriormente, ocorreu a separação da terra em lotes e a venda deles (FERNANDES, 2014, p. 55, negrito nosso).

Os promotores públicos, Eduardo Araújo da Silva e João Aparecido dos Santos frisam a importância do imóvel no momento de fundação, característica que marca o reconhecimento de diversos bens em proteção ou em estudo. No processo, que data de 1989, eles descrevem que as edificações

[...] formam singular conjunto arquitetônico, fruto da inteligência, criatividade do senhor Álvaro, cuja cultura foi assimilada nos claustros dos conventos lusitanos, [...]. Tal beleza, inclusive já determinou a presença da torre em cartões postais da região [...] (SÃO PAULO, 1989, p. 06).

Já a conselheira do CONDEPHAAT Maria Ângela D’Incao (curiosamente, natural de Presidente Venceslau), cita, em seu parecer, a importância do casarão quanto ao ciclo econômico do café, que este representa. Além de constar que

Neste imóvel ocorreram grande números (SIC) de reuniões políticas sob a direção da chefe política da região, Dona Carmem Coelho, esposa de Álvaro Coelho e figura interessante e precursora, digamos assim, da liberdade feminina. Um estudo mais aprofundado, tanto da casa como de sua história deverá se proceder, assim como, um estudo de sua arquitetura. (Ibid. p. 29).

Assim, no ano de 1990, sai a decisão do tombamento do conjunto, determinando a preservação do bem, tal como sua área envoltória. O processo limita, ainda, a altura de construções, nos lotes adjacentes, a um pé direito de 3,50 metros.

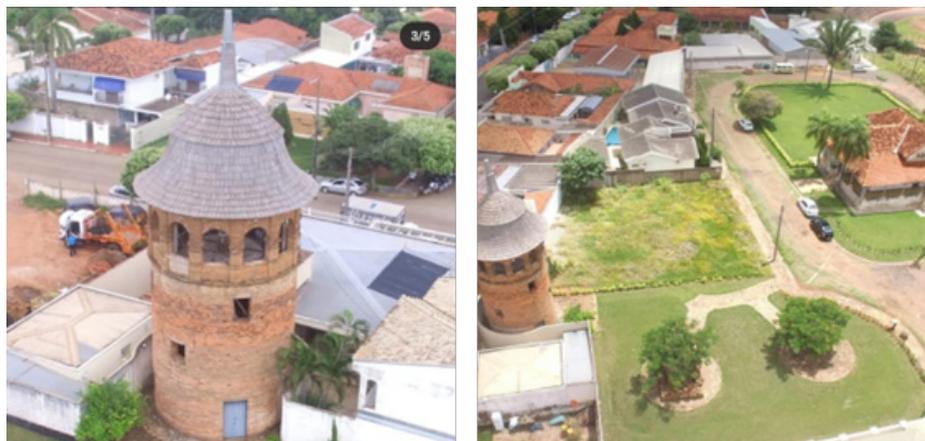
Dessa forma, adotada a abordagem de Rodrigues (2000) e Nascimento (2013) que traçam uma linha histórica do ideário de patrimônio tida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e CONDEPHAAT, o reconhecimento desse patrimônio ocorre já numa fase mais atual, “[...] quando se verifica a consolidação das práticas anunciadas no período anterior, incluindo a noção de memória como objeto da preservação” (NASCIMENTO, 2013, p. 32).

Por conseguinte, entende-se que os processos de reconhecimento de um patrimônio, materializam, na figura de um símbolo, toda uma organização social complexa e respectivas formas de pensamento, que ajudaram a constituir o presente. Através do pressuposto de que a paisagem pode ser entendida como um território fabricado, produto das relações humanas e formas de se organizar socialmente (BESSE, 2014, p. 36), cabe o questionamento se tal paisagem faz parte desse conjunto que se preza preservar por via do tombamento e quais as práticas de apropriação que a comunidade em geral utiliza (ou não) em relação ao bem em tela.

E mais, por um entendimento de que as políticas públicas de patrimônio buscam sistematizar isso, ao se deparar com a noção de que a paisagem, ali constituída pelo conjunto tombado e área envoltória, vai além das noções estéticas e compreende a soma dos costumes, das práticas e das experimentações - como aponta Besse (2014) – temos que uma mudança direta na constituição da paisagem poderia ser uma agressão a tais políticas que visam preservar não somente o direito à memória, como o direito à paisagem e à satisfação de necessidades imateriais, afetivas e sociais.

As práticas preservacionistas acionadas na América Latina mantêm-se em sintonia com as políticas internacionais de proteção, que enfrentam o desafio de associar a preservação do patrimônio cultural e da memória social ao desenvolvimento urbano. Mas, no caso latino-americano, os especialistas se deparam com outros impasses, agravados pela complexidade e extensão dos acervos de bens, a dispersão desse patrimônio no vasto continente americano, as urgências sociais e a escassez de recursos (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 36).

Haja vista a necessidade da paisagem para a garantia do direito à memória, função fim do tombamento, o caso do conjunto tombado em Presidente Venceslau traz duas questões à tona. A primeira é relacionada ao muro que circunda o mirante do conjunto, distando apenas 1,00 metro das paredes do bem (Figura 8).

**Figura 8** – Vista aérea da torre e do conjunto tombado.

Fonte: Instagram, recolhido em 2019.

Na busca por entender como se deu a construção desse cerco, bem como a relação da casa logo atrás da torre com o conjunto tombado, as entrevistas orais foram essenciais. O proprietário aponta que: “Pra você ter uma base, esse sobrado, ele é da época de 80. A construção da casa não, a casa tem 45 anos mais ou menos, por aí. Eu era moleque mesmo quando começou a construção daquela casa” (entrevista Júlio F. Martins, 2020)<sup>8</sup>.

Logo, o tombamento, de certa forma, não chegou a tempo de preservar o entorno da torre. O terreno onde se situa a casa é um dos lotes vendidos pelo antigo proprietário, antes do processo ser iniciado por parte da promotoria. Mas o proprietário atual vê a murada com bons olhos, dando a entender que outras memórias só puderam ser construídas graças a sua presença. Ele diz “mas, eu vejo dessa forma, não tive condição, não vou me matar por causa disso, é aquilo, vários namoros começaram ali atrás, no escurinho”. (entrevista Júlio F. Martins, 2020)<sup>9</sup>.

A segunda questão era da necessidade, ou importância, da manutenção da paisagem para a apropriação do espaço e seu reconhecimento. O proprietário relata que ao comprar o bem, entre os anos de 2008 e 2009, o matagal tomava conta do lote. Assim, foi necessário capinar, além de realizar um serviço de terraplanagem para compensar os desníveis e, assim, voltar a ter acesso às vias pavimentadas. O proprietário (arquiteto atuante) frisa que, conforme ia formulando um paisagismo e melhorando as condições da área envoltória, determinada por um raio de 300 metros do centro do casarão, diminuíram os furtos e roubos, além de aumentar a sensação de segurança da localização.

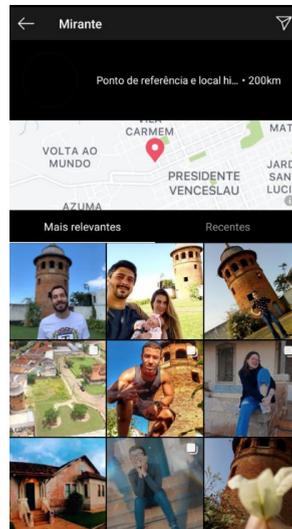
<sup>8</sup>Ibid.

<sup>9</sup>Ibid.

A ocupação da gente mesmo, local. Porque, por exemplo, eu, de área gramada, eu tenho um fundo aqui de 1200 metros quadrados, que ele era mato, fora a rua junto com os outros proprietários, dos outros terrenos, o qual eu tenho 2. Então aquilo virava, você não sabia o que era rua, você parava o carro aqui na frente, não dava pra você evoluir. Essa ocupação é por nossa conta, isso aí eu não tenho dúvida. Juntamente a isso vem a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) [vizinha], nós fizemos mais um prédio lá na APAE; ela tem a entrada principal dela na rua lá atrás, [...] eu acho que tá movimentando bem aqui essa entrada. E teve um outro dono de terreno aqui que fez 9 *loftzinhos* que a turma reclamou um pouco, só que me dá um suporte legal de movimento bom. Então hoje é tranquilo, hoje é uma delícia, hoje você está à tarde aqui e capinando, aguando, vendo o pôr do sol, *'putz', é um tesão*, isso aí é uma delícia (entrevista Júlio F. Martins, 2020)<sup>10</sup>.

De fato, a cidade se apropria do espaço e o utiliza ativamente, o que pode ser verificado presencialmente, bem como - durante a pandemia da COVID-19, que impossibilitou trabalhos de campo - por meio da rede social Instagram. Ao adicionar a localização "Mirante", "Torre" ou mesmo "Presidente Venceslau", somos imediatamente redirecionados para dezenas de fotos do local. Assim, os bens tombados não executam apenas a função de marcos históricos, visto que a apropriação se dá por moradores locais, que usufruem do espaço para passeios e demais atividades de lazer, como vemos abaixo:

**Figura 9** – Aplicativo Instagram com pesquisa do local "Mirante".



Fonte: Autores, 2020.

<sup>10</sup>Ibid.

## Considerações Finais

Como se pretendeu demonstrar, a ocupação do Oeste Paulista pelo homem branco esteve marcada pela expulsão dos indígenas, pela expansão da cultura cafeeira, marcando a história da região com figuras colonizadoras, como é o caso de Presidente Venceslau, onde Álvaro Antunes Coelho incorpora a figura do grileiro que disputa a posse das terras e se torna um loteador. Para além disso, a construção em tela, datada da segunda década do século XX, representa parte da história dos municípios locais, que entendem esse espaço como seu. Em grande parte, esse sentimento de pertencimento está diretamente ligado à preservação do próprio bem, e da área envoltória que compõem a paisagem cultural.

Dessa forma, cabe refletir acerca das políticas de preservação para além do tombamento e, como, de fato, assegurar que se cumpram sua função. Nesse sentido, o atual proprietário da sede da Fazenda Santa Sofia entende a importância do bem, visto que é um dos únicos patrimônios tombados no Oeste Paulista e que a dependência do poder público não traz garantias, uma vez que o órgão responsável, o CONDEPHAAT, possui, segundo ele, cerca de 400 obras em sua lista de bens protegidos e um orçamento insuficiente para suas demandas.

O mesmo ainda acrescenta que suas apostas têm sido no sentido de parcerias público-privadas, como a Lei de Incentivo à Cultura, Lei nº 8313 de 1991 - conhecida como Lei Rouanet -, e eventos privados (como festas e recepções) que tragam algum tipo de renda ao local que lhe permita reinvestir no mesmo. Julio montou seu escritório de arquitetura no casarão, onde realiza uma série de experimentos de estratigrafia e aprimora suas técnicas de restauro, pensando nas possibilidades que a ausência de restrições do CONDEPHAAT, se comparado ao IPHAN, lhe dá - ainda de acordo com o relato dele mesmo.

## Referências

BARONE, Luís Antonio; FERRANTE, Vera Lúcia S. Botta. Assentamentos rurais em São Paulo: estratégias e mediações para o desenvolvimento. Dados – **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 3, p.755-785, 2012.

BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo exercícios de paisagem**. Tradução Annie Cambe. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2014.

BRASIL, Planalto. Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991, restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília: Planalto, 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8313cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm). Acesso em: 20 de junho de 2023.

## Mendes &amp; Barone

CAVALCANTE, J.L. A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra. **Histórica**, v. 2, p. 1-8, 2005.

CHOAY, F. **O patrimônio em questão: antologia para um combate**. Tradução João Gabriel Alves Domingos. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

D'INCAO, M. A.; PASSOS NASCIMENTO, L. E. **Presidente Wenceslau: uma região, a cidade e sua gente**. 1. ed. Presidente Wenceslau: Letras a Margem, 2005.

ERBELLA, I. **Rabiscos históricos de Presidente Wenceslau**. Presidente Wenceslau: Artes Gráficas Pedriali, 2006.

ERBELLA, I. **Presidente Wenceslau: nossa terra, nossa gente**. Presidente Wenceslau: Artes Gráficas Pedriali, 2016.

FERNANDES, M. M. C. **Recuperação arquitetônica e reintegração social em patrimônio histórico de Presidente Wenceslau**. 2014. 232f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente.

FUNARI, P.P., PELEGRINI, S.C.A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. São Paulo: Zahar, 2006. 9788537802489. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788537802489/>. Acesso em: 04 nov. 2020.

LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, Fundação UNESP, 1998.

MENESES, U. T. B. de. A cidade como bem cultural - Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. *In*: MORI, H; SOUZA, M. C. de; BASTOS, R. L; GALLO, H. (orgs.). **Patrimônio: atualizando o debate**. Brasília, IPHAN, 2006.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Tradução Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

NASCIMENTO, R. M. **A preservação do patrimônio cultural no oeste paulista**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

NASCIMENTO, Rodrigo Modesto. O patrimônio rural no oeste paulista: o tombamento da Fazenda Santa Sofia, 1989- 1992. **Cultura Histórica & Patrimônio**, v. 1, n. 2, p. 30- 44, 2013.

SÃO PAULO (Estado). **Processo de Tombamento n. 26912**. SP: CONDEPHAAT, 1989.

SERRATINE, A. M. **Patrimônio arquitetônico**: preservação e restauro – casarão do dr. Álvaro Coelho. 84f. Monografia (Pós-graduação lato senso Patrimônio Arquitetônico: Preservação e Restauro) – Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo. 2005.